

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**“ÀS VEZES DISCUTIMOS, ÀS VEZES IGNORAMOS”:  
APROPRIAÇÃO DA CATEGORIA RAÇA  
E REPERCUSSÕES DO RACISMO  
NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS**

**RENITA DE CÁSSIA DOS SANTOS FREITAS**

São Carlos - SP

2021

**RENITA DE CÁSSIA DOS SANTOS FREITAS**

***“ÀS VEZES DISCUTIMOS, ÀS VEZES IGNORAMOS”:***  
**APROPRIAÇÃO DA CATEGORIA RAÇA E REPERCUSSÕES DO RACISMO**  
**NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS**

Monografia apresentada como parte das exigências das disciplinas Pesquisa em Psicologia 4 e como requisito para a obtenção de grau de Bacharel em Psicologia. Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Sabrina", with a long horizontal stroke extending to the left.

São Carlos - SP

2021

## AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Aos meus familiares pelo apoio, amor e dedicação

Às minhas amigas e aos meus amigos por compartilhar ao longo dessa caminhada conversas, risadas, questionamentos, incertezas, novas perspectivas e possibilidades de ser e existir

À professora Sabrina por me acompanhar em todas as etapas desse trabalho, aos seus *feedbacks* enriquecedores e abertura a novos desafios

Aos/às 215 participantes pela confiança em compartilhar uma parte de suas histórias na pesquisa, sem eles/as essa monografia não seria possível

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – pelo apoio financeiro e pela dedicação à pesquisa e ao/à pesquisador/a brasileiro/a

E por fim, pela resistência de minhas ancestrais, que os versos perplexos continuem a ecoar

## RESUMO

O racismo, enquanto sistema estrutural e estruturante das sociedades está em todos os aspectos e instituições da vida social, inclusive na família. A presente pesquisa teve como objetivo principal compreender a apropriação da categoria raça e repercussões do racismo no contexto familiar. Os objetivos específicos foram: 1) avaliar as percepções de suporte emocional, rejeição parental na infância e discriminação cotidiana entre pessoas brancas, pardas e pretas; 2) analisar a apropriação de significados de ser uma pessoa branca ou não-branca; e 3) analisar as experiências de racismo dos/as participantes ocorridos no contexto familiar. Participaram 215 pessoas, com idade entre 18 a 65 anos ( $M=25$  anos,  $DP=9,26$ ), a maioria eram mulheres (79,6%), brancas (53,7%), e estudantes de graduação (61,6%). A coleta foi feita por formulário *online* do *Google* com dados sociodemográfica, identificação fenotípica via imagens, Escala de Lembranças de Práticas Parentais (EMBU), Escala de Discriminação Cotidiana e uma questão aberta de apropriação da categoria raça e outra de relatos de racismo. Os dados quantitativos foram analisados pelo software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 25.0 para Windows e, a partir deles, foram calculadas medidas de tendência central (médias e desvios padrões) e frequências. Para comparar os grupos de participantes foi aplicado o teste MANOVA. Já os dados qualitativos foram analisados a partir da análise de conteúdo, utilizando-se o software Atlas ti. O resultado do teste MANOVA indicou que não houve diferença estatisticamente significativa entre as pessoas brancas, pardas e pretas em relação ao suporte emocional e à rejeição parental. Quanto à percepção de discriminação, houve diferença estatisticamente significativa nas subescalas de Tratamento Injusto [ $X^2(2) = 17,360$ ;  $p<0,001$ ] e Rejeição Pessoal [ $X^2(2)=27,970$ ;  $p<0,001$ ]. Os resultados indicaram que a maior variabilidade de fenótipos foi na categoria branco, a identidade racial foi categorizada em corpórea e simbólica. Os relatos familiares indicaram quem cometeu a violência racial, ações, duração, consequências e estratégias de enfrentamento. Espera-se contribuir para o movimento antirracista ao refletir sobre a socialização e saúde mental.

**Palavras-chave:** família, relações raciais, racismo, branquitude, saúde mental, rejeição, suporte emocional, discriminação cotidiana

## ABSTRACT

Racism, as a structural and structural system of societies, is present in all aspects and institutions of social life, including the family. This research aimed is to understand appropriation of the race category and repercussions of racism in the family context. The specific objectives are: 1) to assess perceptions of emotional support, parental rejection in childhood and everyday discrimination between white, brown and black people; 2) analyze the appropriation of meanings of being a white or non-white person; 3) analyze the participants' experiences of racism in the family. 215 people participated, aged between 18 and 65 years ( $M=25$  years,  $SD=9.26$ ), the majority were women (79.6%), white (53.7%), and undergraduate students (61, 6%). All answered an online form with questions about sociodemographic description, phenotypic identification images, Parental Practices Remembrance Scale (EMBU), Everyday Discrimination Scale and an essay question on the appropriation of the race category and another on reports of racism. Quantitative data were analyzed using the Statistical Package for Social Sciences (SPSS) software, version 25.0 for Windows, and of them, measures of central tendency (means and standard deviations) and frequencies were calculated. To compare the groups of participants, the MANOVA test was applied. Qualitative data were analyzed based on content analysis, using the Atlas ti software. The result of the MANOVA test indicated that there was no statistically significant difference between white, brown and black people in relation to emotional support and parental rejection. As for the perception of discrimination, there was a statistically significant difference in the Unfair Treatment subscales [ $X^2(2) = 17.360$ ;  $p<0.001$ ] and Personal Rejection [ $X^2(2)=27.970$ ;  $p<0.001$ ]. The results indicated that the greatest variability of phenotypes was in the white category, racial identity was categorized into corporeal and symbolic, while family reports indicated who committed the racial violence, actions, duration, consequences and coping strategies. It is expected to contribute to the anti-racist movement by reflecting on socialization and mental health.

**Keywords:** family, racial relations, whiteness studies, racism, mental health, rejection, emotional support, everyday discrimination

## LISTA DE TABELAS

17Tabela 1. Caracterização sócio demográfica geral de participantes do estudo .....	28
Tabela 2. Dados gerais sobre os contextos familiares dos/as participantes.....	36
Tabela 3. Suporte emocional e rejeição das figuras maternas e paternas de pessoas brancas, pretas e pardas .....	37
Tabela 4. Percepção de rejeição pessoal e tratamento injusto entre pessoas brancas, pretas e pardas .....	38
Tabela 5. Escolha das imagens de traços físicos de acordo com a identidade racial .....	39

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Imagens usadas no estudo que os/as participantes pudessem escolher sua própria auto identificação de fenótipos relativos a tonalidade de pele, textura de cabelo e cor dos olhos..... 33
- Figura 2:** Comparação da escolha de fenótipos relativos a tonalidade de pele, textura de cabelo e cor dos olhos de acordo com a identificação racial..... 40

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>OBJETIVOS</b> .....	27
<b>MÉTODO</b> .....	28
<b>Participantes</b> .....	28
<b>Instrumentos</b> .....	31
<b>Procedimento</b> .....	32
<b>Análise dos dados</b> .....	34
<b>Considerações éticas</b> .....	35
<b>RESULTADOS</b> .....	36
Dados gerais sobre os contextos familiares dos/as participantes .....	36
Suporte emocional, rejeição e discriminação cotidiana.....	36
Autoidentificação e fenótipos dos/as participantes .....	38
O que significa ser uma pessoa branca ou não branca na dimensão corpórea?.....	41
O que significa ser uma pessoa branca ou não branca na dimensão simbólica?.....	41
Relatos de experiências de racismo no contexto familiar.....	43
<b>DISCUSSÃO</b> .....	48
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	61
<b>ANEXOS</b> .....	68

## INTRODUÇÃO

A população brasileira se (trans)forma ao longo dos séculos com a característica marcante da diversidade. Etnias indígenas, portugueses, negros (originários do continente africano, sobretudo Costa do Marfim e Angola), espanhóis, judeus, alemães, italianos, árabes (vindos em particular do Líbano, da Síria e da Turquia), japoneses, venezuelanos, haitianos, colombianos, dentre outros, dividem o mesmo território (IBGE, 2000). De acordo com Dos Santos, Schucman e Martins (2012), os discursos e práticas psicológicas focaram em três explicações sobre as diferenças entre as populações: (1) a biológico-causal no final do século XIX e início do século XX de Nina Rodrigues; (2) a culturalista de Raul Briquet, Arthur Ramos, Donald Pierson, Virginia Leone Bicudo, Aniela Ginsberg, Dante Moreira Leite nas décadas de 1930 a 1950, e (3) as relacionais de 1990 em diante com Jurandir Freire Costa, Irai Carone, Maria Aparecida Bento, Edith Pizza e Lia Vainer Schucman.

No presente estudo, o conceito de raça é compreendido como uma categoria construída historicamente (Guimarães, 1999), a qual existe no mundo social para justificar e legitimar os sistemas de poder e dominação por meio da classificação da humanidade em grupos com características fenotípicas em comum e situar as raças em uma escala de valores desiguais (Munanga, 2004). Além disso, a raça também pode atuar na restrição de acesso a importantes recursos, como saúde, educação, ocupação e habitação (Faro & Pereira, 2011). O conceito em questão não se refere a uma fundamentação biológica ou genética de distinção entre as raças humanas, uma vez que o projeto genoma ratificou que os seres humanos compartilham 99% do DNA (Faro, & Pereira, 2011) e uma perspectiva que se pautar na concepção de superioridade/inferioridade de uma raça, levando a uma justificativa para as desigualdades sociais, culturais, políticas e psicológicas, legitima as diferenças sociais e

juízos morais (Tavares & Kuratani, 2019) e contribui para o racismo, o qual opera na sociedade como um motor de desigualdades e leva a condições precárias, por exemplo, para a existência da população negra (Conselho Federal de Psicologia, 2017).

O racismo é uma ideologia complexa, presente em todos os âmbitos sociais (cultura, política, economia etc.), pautada na presunção de que existem raças superiores e inferiores (Conselho Federal de Psicologia, 2017). Munanga (2004) define o racismo como uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos, denominadas como raças, as quais compartilham características físicas comuns, sendo essas suporte das características psicológicas, morais intelectuais e estéticas que se situam em uma escala de valores desiguais.

A discriminação pode ser definida como uma ação que visa impedir determinados indivíduos ou grupos da garantia de direitos individuais e sociais devido a certas características e ou por pertencimento a referidos grupos. Para Lima (2013), o preconceito possui componentes cognitivos (crenças e estereótipos), afetivos (antipatia e aversão) e comportamentais (tendências para discriminação).

Há diferentes maneiras do racismo se manifestar no cotidiano. Ele pode ser institucional, interpessoal e internalizado. O racismo institucional define-se como a desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial (López, 2012). A prática do racismo institucional se dá por meio de um conjunto de mecanismos de violações dos direitos no âmbito de estruturas públicas ou privadas voltadas a coletividade, como o tratamento desigual entre pessoas brancas e não brancas, isso afeta, dentre outros fatores, que na saúde haja falta de investimento a inserção de políticas públicas para o combate de doenças mais atingidas a população negra, o que acarreta maior nível de mortes; e a falta de acesso e representatividade no ensino superior, uma vez que representa maior

número populacional no país mas não nesse espaço. (Conselho Federal de Psicologia, 2017).

O racismo interpessoal ocorre a partir de discursos e/ou práticas racistas presentes na relação com o outro nas interações do dia a dia. Podem ocorrer a partir de ações explícitas (usuários negros/as de serviços de saúde pública receber menor qualidade no tratamento em comparação aos/as usuários brancos/as) e implícitas, como a/o psicóloga/o não reconhecer o racismo como determinante de sofrimento psíquico; e pais menosprezarem filhos/as negros/as (Conselho Federal de Psicologia, 2017).

Já o racismo internalizado refere-se a quando as pessoas negras introjetam os discursos e/ou práticas racistas, podendo levar a três efeitos psicossociais: (1) a conscientização racial, o sujeito percebe o impacto da violência racial e elabora recursos psíquicos e sociais de enfrentamento; (2) uso de mecanismos de defesa, como a negação e a identificação com o/a agressor/a, como uma tentativa de não confrontar a experiência de discriminação; e (3) dilaceramento psíquico em que o sujeito sente os traumas do racismo de maneira catastrófica e necessita de apoio para se refazer (família, religião, psicoterapia etc) (Conselho Federal de Psicologia, 2017).

O presente trabalho pretende focar nos desdobramentos do racismo interpessoal e do racismo pessoal na vida pessoas, visto que, embora a população negra tenha vivências de adoecimento, violência e opressão ligadas aos diversos tipos de racismo, ainda há pouca pesquisa sobre o tema no Brasil (Tavares & Kuratani, 2019).

O primeiro estudo brasileiro sobre relações raciais no Brasil foi o de Virgínia Bicudo entre os anos de 1941 e 1944 (Braga, 2016). A pesquisadora entrevistou mais de 30 pessoas para entender as atitudes de “gente de cor” em relação ao preto, ao mulato e ao branco. Os participantes eram negros e pardos de bairros populares e de classe média

da capital paulista; de classe social considerada inferior (trabalhadoras domésticas, serventes, motoristas e operários, analfabetos ou com curso primário) e da classe intermediária (profissionais liberais e funcionários públicos, com, no mínimo, o secundário); ex-militantes da Frente Negra Brasileira; e textos do jornal Voz da Raça (Almeida, 2011). Os depoimentos coletados referiam-se a temas relacionados a relacionamentos íntimos, família, aparência, ascensão social, autodesprezo, rejeição ao corpo, e consideração da pessoa branca como sendo melhor (Gomes, 2013). Os principais achados e conclusões da autora brasileira foram: a) há preconceito de cor no Brasil; b) esse preconceito se manifesta cada vez mais a medida que há ascensão social do negro; c) a atitude frente ao preconceito, ou seja, a rejeição, traumatiza o sujeito e faz com ele desenvolva consciência de cor; d) quanto maior a consciência de cor, maior será o gasto de compensação do sentimento de inferioridade (esse sentimento está relacionado a ideia de que é o branco quem define quem é o negro, isto é, o ser negro é definido por outro e não por ele mesmo) (Gomes, 2013).

Ao analisar a situação do negro brasileiro por meio do materialismo-histórico e da psicanálise, Souza (1983) argumenta de que a posição em que o negro ocupa na sociedade capitalista é a de inferioridade, visto como objeto. Logo, há um papel a ser desempenhado que é o de ser disciplinado, dócil, submisso e útil, enquanto o branco ocupa um lugar de superioridade, em que atua com autoritarismo e paternalismo. Um dos entrevistados da pesquisadora relatou que essa “marca da diferença começava em casa”. Segundo ele, sua mãe – uma mulher branca – dizia que ele era negro, como uma maneira de definir uma relação de oposição entre os dois: ele era diferente, inferior e subalterno, e ela “proprietária exclusiva do lugar de referência”. Essa relação de oposição também se exemplifica a partir dos mitos criados para representar a figura do negro: “o irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico”

(Souza, 1983, pag. 27), sendo esses atributos reverberados por meio de estereótipos e discursos reproduzidos na sociedade brasileira.

A fim de compreender como se dá a assimilação do racismo pelo psiquismo, Souza (1983) examinou dois conceitos psicanalíticos relacionados à estrutura do sujeito psíquico, o de Narcisismo e o de Ideal de Ego. Esse último diz respeito a um modelo que recupere o narcisismo original através de uma mediação: a idealização dos pais, substitutos e ideias coletivas, nesse sentido, é como um molde de constituição do indivíduo, vinculado ao domínio do simbólico e é uma instância que estrutura o sujeito psíquico, vinculando-o à Lei e à Ordem (Souza, 1983). Quando o indivíduo se aproxima a esse Ideal de Ego há uma sensação de triunfo, e quando se distancia há um sentimento de culpa e inferioridade (Souza, 1983). De acordo com Souza (1983), os dados analisados indicaram que os participantes negros possuíam um Ideal de Ego Branco, assim, se encontra desde seu nascimento “imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar este modelo” (Souza, 1983).

As alternativas possíveis encontradas por Souza (1983) para que o negro delineado em sua obra possa vir a realizar o Ideal de Ego são: 1) Sucumbir às punições do Superego; 2) Lutar para buscar novas saídas; 3) Construir um novo Ideal de Ego. A primeira alternativa se representa pela Melancolia, por meio de “sentimento de culpa e inferioridade, insegurança e angústia” e os efeitos do distanciamento entre o ideal e o real podem ser a autodesvalorização, a timidez, a depressão, o retraimento e a ansiedade fóbica. A segunda alternativa se dá pela busca de novos caminhos para lidar com a tensão entre o eu real e o ideal, uma das saídas seria a de um objeto de amor branco, visto que seria possível “identificar e realizar o Ideal de Ego inatingível” pela intimidade nessa relação afetuosa. A terceira alternativa tem como demanda a

construção de um Ideal de Ego ao negro que “encarne seus próprios valores e interesses, que tenha como referência e perspectiva a História”, nesse viés, a partir da militância política o negro poderia recuperar sua autoestima ao afirmar sua existência e marcar o seu lugar (Souza, 1983).

Já Hordge-Freeman (2018) objetivou compreender como a diferenciação racial e fenotípica influenciava a autoestima de indivíduos afro-brasileiros, o sentimento de pertencimento dos mesmos, e as experiências de estresse psicológico e exposição de experiências traumáticas. Para tanto, ela conduziu entrevistas com membros de famílias negras de Salvador. Os dados obtidos revelam trajetórias marcadas pela socialização racial negativa de pessoas que passaram por abandono paterno, diferença no tratamento, maus tratos, exclusão familiar, fragmentação da identidade e pressões sociais relativas à estética. No cotidiano dessas famílias a hierarquização racial levou a uma distribuição desigual dos recursos emocionais entre os indivíduos, além de influenciar as percepções de apoio, amor e pertencimento no ambiente familiar (Hordge-Freeman, 2018). Assim, a diferença fenotípica entre os indivíduos de uma mesma família poderia ser um fator para experimentar situações negativas nesse contexto, o que poderia levar a consequências para a autoestima e nas maneiras de confrontar relações posteriores.

Schucman (2018), por sua vez, buscou analisar como famílias inter-raciais vivenciam, negociam, legitimam, constroem e desconstroem os significados da raça e do racismo cotidiano, vivenciado pelas pessoas não brancas destas famílias. A pesquisadora realizou entrevistas com membros de famílias inter-raciais da cidade de São Paulo. Dentre as cinco narrativas descritas na obra, apenas uma delas descreveu como a convivência com uma pessoa negra poderia desconstruir o racismo em sujeitos brancos por meio da intimidade e do afeto. Um dos fatores relevantes para a desconstrução do racismo no ambiente familiar, de acordo com Schucman (2018), foi

devido ao fato das relações de afeto não serem hierarquizadas pela raça e do letramento racial (maneira de perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social). Twine (2006 *apud* Schucman, 2018) descreve que o processo do letramento racial pode ocorrer por meio de seis momentos: (1) reconhecer o valor simbólico e material da branquitude; (2) definir racismo como um problema social; (3) entender que as identidades raciais são aprendidas como um resultado de práticas sociais; (4) possuir gramática e vocabulário racial que facilita a discussão de raça, racismo e antirracismo; (5) capacidade de traduzir e interpretar os códigos e práticas racializadas de uma determinada sociedade; e (6) analisar as formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade.

Em relação a questão das famílias, as pesquisadoras Beltrão, Sugarahara e Teixeira (2016) concluíram, ao comparar dados dos censos de 1960 e de 2010, que houve um crescimento notável dos casamentos inter-raciais, de 8,2% em 1960 para 30,7% em 2010. Elas também identificaram um aumento significativo dessas configurações entre os casais inter-raciais: 1) homens brancos, pretos, amarelos e indígenas com mulheres pardas; 2) homens brancos, amarelos, pardos e indígenas com mulheres pretas; 3) homens pardos com mulheres brancas; 4) homens pretos com mulheres brancas e pardas.

Mas por que é importante falar a respeito dos frutos de uniões inter-raciais? Brito (2003) define família como uma instituição social-histórica básica, a qual abrange várias combinações de sentido e significados. Para a autora, as famílias transmitem valores e crenças a respeito dos grupos raciais a partir das relações estabelecidas entre os seus membros, das atitudes de aceitação ou de rejeição e das expectativas criadas ao reproduzir uma hierarquia racial pautada, muitas vezes, na valorização da branquitude.

Conseqüentemente, características fenotípicas, tais como a textura de cabelo, a cor da pele, a cor dos olhos e os formatos de nariz e dos lábios, podem se tornar variáveis que interferem na valorização ou rejeição de seus membros.

É inegável a importância das relações estabelecidas no seio familiar para o desenvolvimento saudável do indivíduo ao longo do seu ciclo vital. Muitos sofrimentos psicossociais são gerados e impostos durante a vida familiar do indivíduo (Teodoro & Batista, 2012). Por ser o primeiro grupo social do qual o indivíduo faz parte, ela tem funções essenciais para o desenvolvimento e o estabelecimento das relações com os demais (Teodoro & Batista, 2012). As famílias são sistemas que transmitem normas, valores, condutas e forças de aprovação ou sanção das condutas dos seus membros e os pais ou responsáveis tendem a decidir estratégias educativas conforme sua visão de mundo com o intuito de influenciar formas de pensar e agir (França, Andrade & Costa Silva, 2016). As experiências vivenciadas nessas relações, em uma perspectiva cognitivo-comportamental, irão influenciar a maneira como pensamos a respeito de nós mesmos, dos outros e do mundo que nos cerca, influenciando a forma como agimos e nos sentimos nas diferentes interações e contextos (Wright et al, 2019).

A maneira como os pais educam seus filhos sofre influências de diversos fatores em diferentes sistemas sociais, tais como, os valores culturais, a condição socioeconômica da família, o tipo de configuração familiar, a rede de apoio social da família, as características individuais da criança e dos pais e as experiências prévias dos genitores com a família de origem (Patias, Siqueira & Dias, 2013).

Para França (2013), o processo de socialização possui um caráter contínuo e adaptativo, e a família atua como o primeiro e mais importante contexto de desenvolvimento físico, psicológico e social da criança. Ainda segundo a autora, recentes estudos mostram que a visão dos pais sobre os grupos raciais tem influência

nas atitudes das crianças para com esses grupos e na formação de identidade delas. Hughes e Chen (1999) identificaram que a comunicação pai-filho por meio das práticas parentais exerce um papel importante na orientação e socialização racial como a conscientização sobre a existência do preconceito e discriminação e preparação para enfrentá-los, ênfase na necessidade de valorizar todos os grupos raciais e destaque para o orgulho racial por meio das tradições e histórias familiares.

Hughes et al (2006) ressalta a socialização racial como principal estratégia utilizada por famílias e comunidades afro-americanas para lidar com assuntos relacionados ao racismo, e as consequências dessas estratégias são as seguintes: a) contribuição positiva no desenvolvimento da identidade racial e na autoestima; b) menor frequência de envolvimento em brigas, e conseqüentemente, melhor gerenciamento da raiva; c) pessoas com maior exposição a mensagens de orgulho racial demonstraram estarem menos negativamente afetados pela discriminação racial percebida, comparados aos que relataram exposição mínima a mensagens positivas sobre o seu grupo e cultura.

Segundo Brito (2003), a forma como os familiares validam os sentimentos dos filhos diante de uma situação de discriminação racial irá influenciar na maneira como eles se sentem, agem e se relacionam consigo mesmo e com os outros. No estudo de França (2006) sobre socialização e práticas educativas, os resultados apontaram que quando os pais valorizam a própria identidade racial, o mesmo também ocorre nos filhos. De acordo com Linehan (2010), quando a expressão das experiências privadas não é reconhecida, é banalizada ou mesmo punida, ou seja, quando ocorre o que a autora define como invalidação, o indivíduo pode identificar que ele está errado em sua descrição e na análise pessoal que ele/a fez sobre a sua experiência pessoal, em particular a respeito do que está causando suas emoções, crenças e ações.

Consequentemente, pessoas que não têm acolhimento e suporte emocional, podem evitar interações nesse espaço ou tentar mudar seus comportamentos ou demais características para satisfazer as expectativas do meio e, desse modo, diminuir a invalidação.

Para Brito (2003), famílias inter-raciais podem ter um despreparo diante do racismo, do preconceito e da discriminação racial, o que pode levar ao desenvolvimento de estratégias deficitárias para o enfrentamento das situações; mas também podem apresentar atitudes de resistência e contestação para lidar com essas questões. Participaram da pesquisa da autora, pais, mães e filhos de duas famílias inter-raciais, os quais foram entrevistados. Os dados obtidos indicam que, embora as famílias utilizem estratégias para ensinar os filhos a lidar com racismo e a discriminação racial, as mesmas não eram prioridade na educação dos filhos. A orientação dos pais estava associada a possíveis experiências discriminatórias que os filhos poderiam vir a enfrentar em diferentes contextos (escola, família estendida, em clubes, na rua etc.).

Já Schucman (2018), ao contextualizar a bibliografia sobre famílias inter-raciais no Brasil, aponta que embora essas famílias representem cerca de um terço dos casamentos no país, ainda carecem de estudos nacionais que investiguem de que forma elas se estruturam as no que diz respeito às hierarquias raciais. Schucman (2018) salientou que as pesquisas brasileiras com essas famílias apresentam as seguintes limitações: a) falta de compreensão da complexidade existente dentro dessas relações por conta de diferentes reações quanto ao mesmo fenômeno, no caso, o racismo; b) problematizar apenas o sujeito negro nas relações familiares, e consequentemente, realizar associações simplistas como a do casamento inter-racial ter como propósito ascensão social e embranquecimento; e c) ausência de estudos discutindo os processos de formação de identidade racial dos filhos de uniões inter-raciais (o mestiço brasileiro).

Embora exista uma quantidade significativa de estudos brasileiros sobre as relações familiares e a socialização das crianças, poucos têm o recorte racial. Isto é, ainda são escassos os estudos brasileiros sobre dinâmicas familiares e relações raciais (Schucman & Fachim, 2016). Lima (2020) também aponta sobre a lacuna de pesquisa empírica sobre racismo no Brasil, apenas 9 dos 82 (11%) artigos analisados pelo autor usam essa metodologia no estudo. Tomás (2016) destaca que dentre aqueles cujo objetivo era analisar as relações raciais no seio familiar, verifica-se uma predominância de estudos sobre casamentos inter-raciais, diferenças socioeconômicas entre famílias chefiadas por pessoas negras e brancas e a relação família-escola, ou seja, nosso conhecimento a respeito do processo de socialização e estigma no seio da família ainda carece de estudos.

## **OBJETIVOS**

Nesse caminho, a presente pesquisa teve como objetivo geral compreender a apropriação da categoria raça e repercussões do racismo no contexto familiar. Os objetivos específicos foram: 1) avaliar as percepções de suporte emocional, rejeição parental na infância e discriminação cotidiana entre pessoas brancas, pardas e pretas; 2) analisar a apropriação de significados de ser uma pessoa branca ou não-branca; 3) analisar as experiências de racismo dos/as participantes ocorridas no contexto familiar.

## MÉTODO

### *Participantes*

Participaram 215 pessoas recrutadas em redes sociais, com idades igual ou superior a 18 anos. Ao se auto classificarem em relação a identidade racial, os/as participantes foram divididos em: (1) pessoas brancas (n=116) e (2) pessoas não-brancas (n=99): preta/o (n= 48), parda/o (n=32), mestiça/o (n=8), amarela/o (n=8) e indígena (n=3). A Tabela 1 apresenta os dados de caracterização de participantes.

Tabela 1.

Caracterização sócio demográfica geral de participantes do estudo

		<b>Brancas (N=116)</b>		<b>Não-brancas (N=99)</b>	
		18-56 anos (M=24, DP=7,33)		18-69 anos (M = 27; DP = 10,95)	
		<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Gênero	Feminino	93	80	79	79
	Masculino	23	20	21	21
Orientação sexual	Heterossexual	75	65	58	58
	Bissexual	27	23	27	27
	Gay	7	6	5	5
	Lésbica	7	6	5	5
	Outra	---		5	5
Escolaridade	Cursando graduação	72	62	61	61
	Graduado	37	32	26	26
	Ensino Médio	6	5	9	9
	Ensino Fundamental	1	1	1	1
Estado civil	Solteiro	89	77	76	76
	Casado ou união estável	24	21	22	22
	Separado/a	2	2	1	1
	Divorciado/a	1	1	1	1

Para realizar as análises dos dados quantitativos, foram excluídos participantes que não completaram todas as informações dos instrumentos e/ou com características muito discrepantes da amostra, sendo excluídos 40 participantes. As idades dos/as participantes variou de 18 a 39 anos ( $M = 24$  anos;  $DP = 5,11$ ), a maioria das participantes eram do gênero feminino (80%), se identificaram como branca/o (58,9%) e eram estudantes de graduação (69,7%). Em relação à orientação sexual, 100 (57,1%) participantes se consideram heterossexuais e no que diz respeito à classe socioeconômica, 34,3% pertenciam à B2. A Tabela 2 apresenta os dados de caracterização de participantes.

Tabela 2.

Caracterização da subpopulação composta por pessoas brancas, pretas e pardas

	Brancas		Pardas		Pretas	
	N	%	N	%	N	%
<b>Classificação econômica</b>						
A	13	12,6	1	3,3	---	---
B1	10	9,7	1	3,3	1	2,4
B2	35	34,0	9	30,0	16	38,1
C1	27	26,2	9	30,0	9	21,4
C2	15	14,6	5	16,7	16	38,1
D-E	3	2,9	5	16,7	---	---
<b>Sexo</b>						
Feminino	83	80,6	21	70	36	85,7
Masculino	20	19,4	9	30	6	14,3
<b>Escolaridade</b>						
Cursando graduação	70	68,0	24	80,0	28	66,7
Graduado	21	20,4	3	10,0	10	23,8
Cursando mestrado	6	5,8	1	3,3	1	2,4
Mestre	4	3,9	1	3,3	1	2,4
Cursando doutorado	2	1,9	1	3,3	2	4,8

### *Instrumentos*

1) *Questionário sociodemográfico* - elaborado para uso nesse estudo com questões sobre a/ao: idade, gênero, identidade racial, nível de escolaridade, orientação sexual. Em relação a dinâmica familiar, foi perguntado ao/à participante sobre qual figura materna e paterna desempenhou o maior papel de mãe e de pai na infância (mãe/pai biológico, mãe/pai adotivo, madrasta/padrasto, outros. Também foi informado sobre o estado civil e identidade racial dos pais.

2) *Critério de Classificação Econômica Brasil (Critério Brasil – ABEP, 2015)* – instrumento estabelecido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep) para classificar os estratos sociais. Consta com a avaliação de 15 variáveis para estimar a renda permanente das famílias. Entre as variáveis os participantes devem relatar a quantidade de bens duráveis (carro, TV, micro-ondas, DVD, aspirador de pó, freezer, geladeira), condições de moradia (como número de banheiros) e a presença de mensalistas; além do nível de escolaridade do chefe da casa e oferta de serviços públicos (água encanada e rua pavimentada). A cada um desses quesitos é atribuída uma pontuação para se concluir a qual classe a família pertence: classe A (45-100 pontos); B1 (38 a 44 pontos); B2 (29-37 pontos); C1 (23-28 pontos); C2 (17-22 pontos); D-E (0 a 16 pontos).

3) *Escala de Lembranças Sobre Práticas Parentais (EMBU)* - traduzida para o português e validada por Canavarro (2007), em sua versão reduzida de 23 itens numa escala de resposta de frequência com quatro pontos (1-não, nunca; 2-sim, ocasionalmente; 3-sim, frequentemente e 4-sim, a maior parte do tempo). No presente estudo foram utilizados apenas os 12 itens relativos aos dois fatores: Suporte emocional e Rejeição. Os itens relacionados ao Suporte emocional retratam uma série de comportamentos parentais que geram nos/as filhos/as a sensação de conforto. Nesse

sentido, busca-se afirmar o valor do/a filho como pessoa por meio de elogios, da contribuição positiva no processo de aprendizagem, do encorajamento, da demonstração de carinho, afeto e orgulho. O fator Rejeição descreve comportamentos parentais com a intenção de mudar a vontade do/a filho/a. Os itens incluem situações de castigos físicos, privação de privilégios, tratamento diferenciado e críticas.

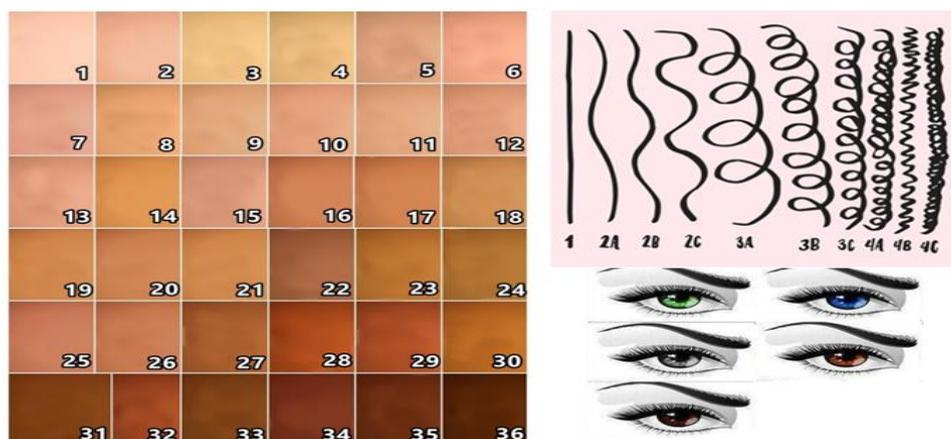
4) *Escala de Discriminação Cotidiana* – traduzida, adaptada e validada para a língua portuguesa por Freitas, Coimbra, Marturano e Fontaine (2015) a partir da versão em inglês desenvolvida em 1995 por Williams e colaboradores. A Escala de Discriminação Cotidiana (*Everyday Discrimination Scale*; Williams, Yu, Jackson, & Anderson, 1997) é um dos instrumentos mais utilizados para avaliar a percepção de discriminação. A versão utilizada na pesquisa em questão foi de 10 itens, sendo nove originais e um criado na adaptação para jovens portugueses. A resposta foi numa escala de frequência com seis pontos: 0 - nunca, 1 - raramente (menos de 1 vez/ano), 2 - por vezes (algumas vezes/ano), 3 - algumas vezes (algumas vezes/mês), 4 - muitas vezes (pelo menos uma vez/semana) e 5 - quase sempre (quase todos os dias). Quando o/a participante indicasse a frequência de algum item como igual ou superior a 3 (algumas vezes/mês), ele/a era convidado/a a elencar diante uma lista de características (gênero, etnia ou raça, idade, religião, altura, peso, outro aspecto da aparência física, orientação sexual, classe econômica, condição ou problema físico, condição ou problema mental, ou outro motivo) quais ele/a considera como principais motivos para o tratamento injusto ou rejeição pessoal.

### ***Procedimento***

O recrutamento de participantes ocorreu a partir de um convite para a realização da pesquisa com informações quanto ao critério de participação (ser maior de 18 anos e ser brasileiro/a), tema geral (família e relações raciais), duração (tempo médio),

anonimato do/a participante, sigilo das respostas, riscos da participação (desconforto emocional e psicológicos, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis ou leve cansaço), benefícios (contribuir para a construção do conhecimento sobre dinâmicas familiares e relações raciais e refletir sobre suas experiências num ambiente protegido e sigiloso) e disponibilidade de contato para possíveis dúvidas dos/as participantes. O convite da pesquisa foi divulgado em redes sociais, tais como *facebook* e *whatsapp*, focando em grupos disponíveis nessas redes, e no informativo eletrônico da UFSCar.

Ao acessar o formulário, os/as participantes tinham que ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual explicava os objetivos da pesquisa, riscos e benefícios, e assinalar a opção *Li e estou de acordo em participar da pesquisa*. Além do TCLE, o formulário era composto por questões demográficas (idade, gênero, identidade racial, nível de escolaridade, orientação sexual), Critério Brasil, o EMBU, Escala de Discriminação Cotidiana. Também tinha uma questão sobre auto identificação visual, na qual os/as participantes deveriam selecionar a cor de pele, cor de olhos e tipo de cabelo (ver Figura 1) mais semelhante ao próprio fenótipo.



**Figura 1:** Imagens usadas no estudo que os/as participantes pudessem escolher sua própria auto identificação de fenótipos relativos a tonalidade de pele, textura de cabelo e cor dos olhos.

Após os/as participantes se autodeclararem como pessoas brancas ou pessoas não-brancas, elas tinham caminhos diferentes no formulário. Os/as participantes brancos/as deveriam responder a uma questão aberta sobre o que significa ser uma pessoa branca. Já os participantes não-brancos, deveriam responder a uma questão aberta sobre o que é significa ser uma pessoa não-branca. Posteriormente, eles/as eram convidados/as a compartilhar relatos de racismo que eles possam ter sido vítimas ou presenciado no ambiente familiar, apontando a frequência das experiências, a duração, os principais agressores, bem como o impacto decorrente.

### *Análise dos dados*

As respostas das/os participantes eram automaticamente registradas em uma planilha do Excel. A partir desses dados, foi elaborado um banco de dados no programa estatístico *Statistical Package for Social Science* (SPSS)<sup>®</sup> versão 25.0. Os instrumentos foram analisados de acordo com as instruções dos autores e os dados foram analisados segundo medidas descritivas (mínimo, máximo, média, desvio padrão e frequência). Para verificar a normalidade dos dados, foram realizados os testes de Kolmogorov-Smirnova e Shapiro-Wilk, os quais indicaram que a amostra era não paramétrica. Assim, para a comparação entre grupos foi utilizado o teste estatístico MANOVA (Puri & Sen, 1971).

Os dados foram analisados qualitativamente com o uso do software *Atlas ti* a partir dos passos propostos por Yin (2016). Inicialmente foi realizada uma compilação dos dados obtidos a partir do formulário e realizada uma leitura flutuante dos relatos dos participantes. Em seguida, foi realizada uma leitura cuidadosa dos relatos e uma decomposição em elementos menores (codificação). Posteriormente, os códigos foram recompostos em temas (categorias) de acordo com as categorias estabelecidas a priori.

Com relação aos dados referentes ao significado atribuído de participantes sobre o que é ser uma pessoa branca e não-branca, os mesmos foram analisados a partir das dimensões: (1) corpórea - quando as/os participantes relataram traços físicos para descrever o que significar ser branco/a ou não-branco/a. Considerou-se nessa categoria respostas relacionadas à tonalidade de pele, melanina; formato do cabelo, do olho e da boca; e questões relacionadas à descendência. E (2) simbólica - relatos relacionados à presença ou ausência de privilégios simbólicos, diferença de tratamento, discriminação, preconceito e luta pelos direitos. Já os relatos das experiências de racismo vivenciadas no ambiente familiar foram analisados a partir das seguintes categorias: (1) Quem cometeu o racismo; (2) Ações relativas ao racismo; (3) Frequência/duração; (4) Consequências; e (5) Estratégias de enfrentamento.

#### *Considerações éticas*

Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos sob o número de protocolo CAAE 97650918.9.0000.5504.

## RESULTADOS

### *Dados gerais sobre os contextos familiares dos/as participantes*

A maior parte das/os participantes relatou como figura materna a mãe biológica (93,1%), os resultados também identificaram outra mulher adulta (4,6%), mãe adotiva (1,1%), avó (0,6%) e madrasta (0,6%). Quanto à figura paterna, o pai biológico foi a resposta de 83,4% das/os participantes, outra pessoa (9,2%), ninguém (5,7%) e pai adotivo (1,7%).

No que diz respeito ao estado civil dos pais das/os participantes, 54,9% estavam casados, 22,9% separados ou divorciados, 10,9% um ou ambos os pais já faleceram, 6,9% nunca moraram juntos, 4% não são casados, mas estavam juntos e 0,6% não morou com os pais biológicos. Quando se intersecciona os dados entre estado civil dos pais e identidade racial nota-se que 59,2% das/os participantes brancas/os tinham pais casados, enquanto 50% das/os pardos e 47,6% das/os pretas/os tinham pais na mesma situação. Em relação aos pais separados ou divorciados, os dados são os seguintes: pretas/os (23,8%), pardas/as (23,3%) e brancas/as (22,3%).

A maioria de participantes pardas/os (80%) e pretas/os (64,3%), e 28,2% das/os brancas/os identificaram ser provenientes de uniões inter-raciais. A configuração mais comum entre os casais inter-raciais foi a de homens pardos/pretos e mulheres brancas.

### *Suporte emocional, rejeição e discriminação cotidiana*

A Tabela 2 apresenta os dados relacionados ao suporte e rejeição das figuras maternas e paternas dos participantes. Os dados da Tabela 2 indicam que, de acordo com os participantes, as figuras maternas e paternas tiveram, em média, mais

comportamentos relacionados ao suporte (sensação de conforto e a certeza de ser aprovado como pessoa pelos pais) do que à rejeição parental (comportamentos com a intenção de mudar a vontade do filho, entendidos como rejeição do filho como indivíduo) ao longo da infância. Ao realizar o teste MANOVA para comparação da média entre os grupos, verificou-se que as diferenças não eram estatisticamente significativas.

Tabela 3.

Suporte emocional e rejeição das figuras maternas e paternas de pessoas brancas, pretas e pardas

		Suporte emocional		Rejeição	
		Mãe	Pai	Mãe	Pai
Amostra geral (n = 175)	<i>M</i>	16	14	8,7	7,9
	<i>DP</i>	3,6	4	3,4	3,3
	<i>Varição</i>	7 - 23	6 - 21	5 - 21	5 - 22
Brancas (n = 103)	<i>M</i>	16,3	14,5	8,1	7,9
	<i>DP</i>	3,7	3,9	2,8	3,1
	<i>Varição</i>	7 - 23	6 - 21	5 - 19	5 - 19
Pardas (n = 30)	<i>M</i>	15,7	13,1	9,9	8,4
	<i>DP</i>	3,6	3,6	4,6	4
	<i>Varição</i>	8 - 21	6 - 19	5 - 20	5 - 19
Pretas (n = 42)	<i>M</i>	15,5	13,3	9,2	7,6
	<i>DP</i>	3,2	4,4	3,6	3,2
	<i>Varição</i>	9 - 22	6 - 21	5 - 19	5 - 19

A Tabela 3 apresenta os dados relativos a escala de discriminação cotidiana. Os dados da Tabela 3 indicam que os participantes, em média, perceberam mais rejeição

peçoal do que tratamento injusto. Ao comparar os grupos de participantes, verificou-se diferença estatisticamente significativa tanto para tratamento injusto [ $X^2(2) = 17,360$ ;  $p < 0,001$ ] quanto para rejeição peçoal [ $X^2(2) = 27,970$ ;  $p < 0,001$ ], com o grupo de pretos apresentando maiores médias de rejeição peçoal ( $M = 10,3$ ;  $DP = 5,6$ ) e tratamento injusto ( $M = 7,9$ ;  $DP = 4,6$ ), do que os/as participantes pardos/as e brancos/as.

*Tabela 4.*

Percepção de rejeição peçoal e tratamento injusto entre pessoas brancas, pretas e pardas

		Rejeição peçoal	Tratamento injusto
Amostra geral ( $n = 175$ )	<i>M</i>	7,0	5,7
	<i>DP</i>	4,8	4,1
	<i>Variacão</i>	0 - 23	0 - 23
Brancas ( $n = 103$ )	<i>M</i>	5,4	4,7
	<i>DP</i>	3,3	3,2
	<i>Variacão</i>	0 - 18	0 - 17
Pardas ( $n = 30$ )	<i>M</i>	8,0	5,6
	<i>DP</i>	5,6	4,7
	<i>Variacão</i>	0 - 22	0 - 17
Pretas ( $n = 42$ )	<i>M</i>	10,3	7,9
	<i>DP</i>	5,6	4,6
	<i>Variacão</i>	0 - 23	0 - 23

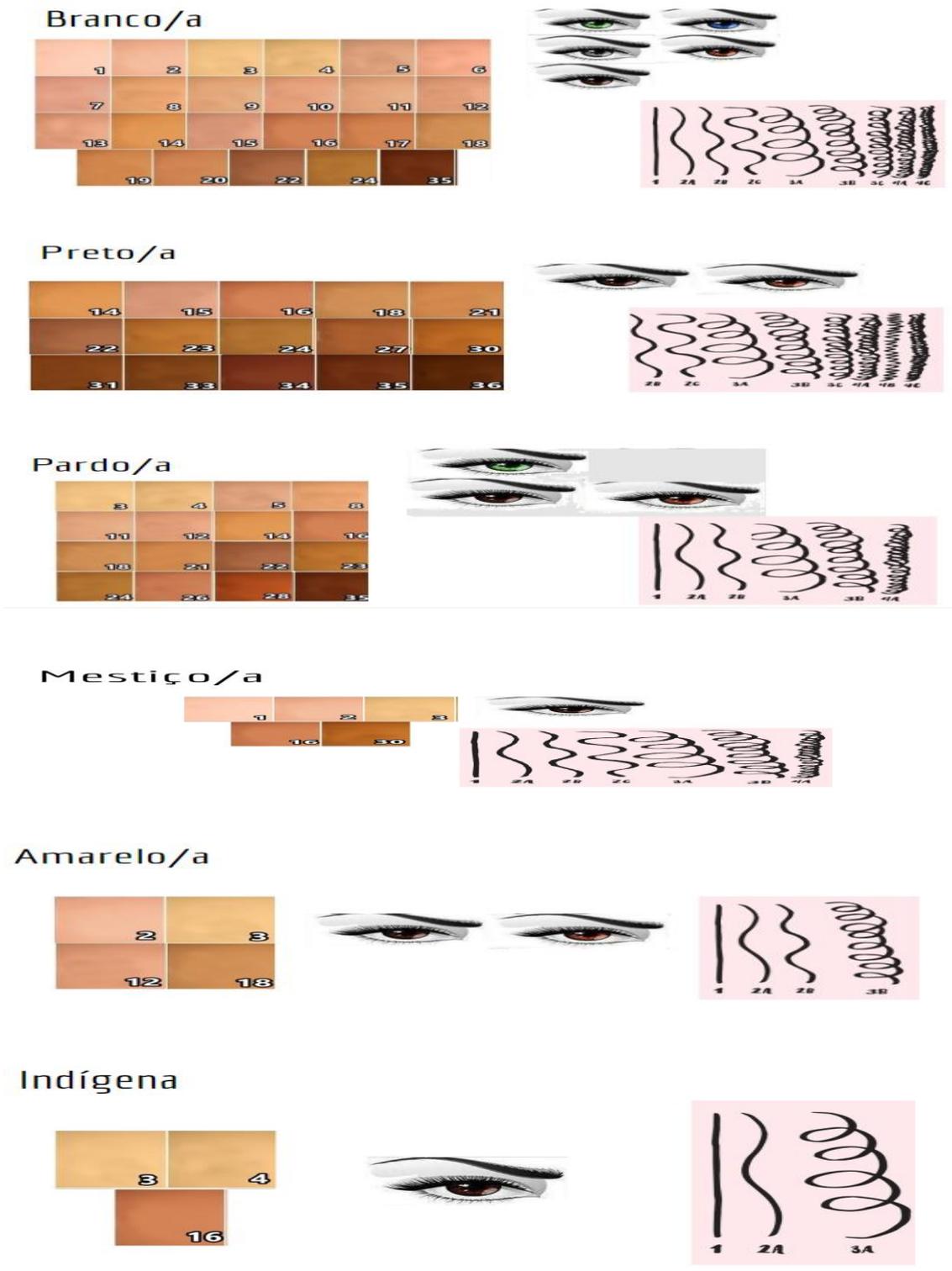
#### *Autoidentificacão e fenótipos dos/as participantes*

A Tabela 5, a seguir, apresenta o cruzamento dos dados das/dos participantes relativos a escolha das imagens em relacão aos seus traços físicos (cor de pele, cor de olhos e tipo de cabelo) e a identidade racial.

Tabela 5.

Escolha das imagens de traços físicos de acordo com a identidade racial

		<b>Traços fenotípicos</b>		
		<b>Pele</b>	<b>Cabelo</b>	<b>Olhos</b>
<b>Branco/a</b>		1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12	1,2A,2B,2C,3A,3B,3C	1,2,3,4
		13,14,15,16,17,18,19,20,	4A,4C	
		22,24,35		
<b>Preto/a</b>		14,15,16,18,21,22,23,24,	2A,2B,2C,3A,3B,3C,	1,2
		27,30,31,33,34,35,36	4A,4B,4C	
<b>Pardo/a</b>		3,4,5,8,11,12,14,16,18,21	1,2A,2B,2C,3A,3B,	1,2,3
		22,23,24,26,27,28, 31,35	3C,4A,4B,4C	
<b>Não-branco/a</b>	<b>Mestiço/a</b>	3,16,18,22,30	1,2A,2B,3A,3B,4A	1
	<b>Amarelo/a</b>	2,3,4,11,12,18	1,2A,2B,3B	1,2
	<b>Indígena</b>	3,4,16	1,2A,3A	1
	<b>Negra</b>	34	3C	1
	<b>Latino-americana</b>	25	3A	1



*Figura 2: Comparação da escolha de fenótipos relativos a tonalidade de pele, textura de cabelo e cor dos olhos de acordo com a identificação racial.*

Ao analisar os dados da tabela 2 verifica-se que em relação a: (a) cor de pele, participantes que se identificaram como brancos/as tiveram uma maior variabilidade em relação à escolha dos estímulos (23/36), seguidos de pardos/as (16/36), pretos/as (15/36) (b) textura de cabelo, participantes brancos/as tiveram maior variabilidade (10/11), seguidos de pretos/as (8/11), mestiços/as (7/11); e (c) cor dos olhos, brancos/as (5/5) foram seguidos de pardos/as (3/5), pretos/as e amarelos/as (2/5). Nota-se, portanto, que participantes brancos tendem a selecionar uma quantidade maior fenótipos diferentes quando comparados aos/as participantes pretos/as, pardos/as, amarelos/as e indígenas. Cumpre destacar que essas diferenças não foram analisadas estatisticamente.

De 116 participantes brancos/as do estudo, 90 deles/as responderam à questão sobre o que significa ser branco/a, ao passo que de 99 participantes não-brancos/as, 84 responderam o que significa ser não-branco/a.

*O que significa ser uma pessoa branca ou não branca na dimensão corpórea?*

Das respostas dos participantes brancos relativas a dimensão corpórea, a maioria (n=19) referiu-se a cor da pele, e os outros (n=2) a descendência familiar europeia. Já entre os participantes não-brancos, a maior parte das respostas foi a partir da negação de alguma característica (por exemplo, “*não ter descendência europeia*” (n=3); “*não ter pele clara*” (n=10); “*não ter cabelo liso, nariz fino e boca pequena*” (n=1). Apenas um participante referiu-se a não-branco como ser descendente de indígenas e africanos.

*O que significa ser uma pessoa branca ou não branca na dimensão simbólica?*

Em relação às dimensões simbólicas de ser branco, os participantes relataram: (a) ter privilégios (n=51), (b) negação da racialidade (n=11) “*nada demais*” (P.42) “*Apenas uma informação documentada na certidão*” (P41) “*Normal*” (P.88) (c) não ser discriminado (n=9), (d) estar dentro dos padrões da branquitude (n=4), (e) ter mais

oportunidades (n=6), (f) ter acesso a serviços (n=2) e (g) ter a possibilidade de ser amado (n=1).

*“Portar muitos privilégios que se baseiam em múltiplas operacionalizações e penetrações de poder que me conferem posições sempre elevadas em relação a outros grupos raciais e étnicos. Das pequenas relações simbólicas até as maiores, nas quais o branco sempre possui uma hegemonia em relação ás outras tonalidades/etnias, como por exemplo, o simples fato de ser atendido bem em uma loja, não ser um corpo de "ameaça" aos outros por simplesmente estar andando na rua, por não ser objetificado pelo meu corpo, muitas oportunidades à frente de outros que não são brancos, possibilidade de empregos e salários melhores, além da questão da afetividade, possibilidade de ser amado sem o estigma de ser negro. Ser branco é deter inúmeras possibilidades em diversas esferas da sociedade, em inúmeras configurações de sempre estar a frente em posições e condições de existência, sempre portar um discurso de autoridade, de legitimidade. Enfim, é ter e ser tudo o que etnias mais subjugadas a desqualificação não possuem, como, negros, indígenas e etc.” P.26*

Os participantes não-brancos destacaram diferentes aspectos: (a) o preconceito (n=13) - *“Significa carregar um legado, já nascer com olhares diferenciados”* (P.38); *“Ter um desafio diário pra enfrentar, sofrer preconceito todos os dias”* (P.61), *“Ser desrespeitada, julgada e condenada sem ter feito nada!”* (P.51); (b) ser comparada a padrões de branquitude (n=10) *“olho "puxado" em relação a quem? ”* (P.10); (c) ausência ou menos privilégios e mais dificuldades (n=10); (d) ser marginalizado/inferiorizado/invisibilizado (n=10) - *“Ser tratado como alguém inferior (menos inteligente, menos bonito, menos capaz etc.) em relação a pessoas brancas”* (P.7), *“Ser maioria e não ser enxergada”* (P.50); (e) estar em desvantagem (n=8) *“Estar um passo atrás mesmo correndo mais que o branco. ”* (P.75); *“Viver num mundo onde vc nunca é o protagonista e nada é feito pensado em vc.”*(P.28); (f) ter de lutar pelos seus direitos (n=5) *“significa luta permanente”* (P.21); (g) fetichização (n=3) *“em relação as mulheres orientais, existe uma sexualização excessiva por parte de homens, principalmente brancos”* (P.10); (h) sentir medo (n=2) *“Significa ter*

*medo do futuro, de colocar filho no mundo, pra sofrer a mesma opressão, os mesmos preconceitos.” (P.52); e (i) ser parte de uma classificação racial abrangente (n=1) “não gosto desta classificação, pois acredito que exclui as diversas etnias e as aloja em um único grupo como se todas fossem iguais!” (P.24).*

#### *Relatos de experiências de racismo no contexto familiar*

Aos participantes que se autoclassificaram como não-brancos foi solicitado aos que afirmaram ter vivenciado situações de racismo no contexto familiar, as descrevessem por meio de uma questão aberta. Dos 69 relatos obtidos, 35 foram excluídos por não apresentarem informações relativas a pessoas envolvidas, duração, consequência ou por não serem relacionadas ao contexto familiar. Após a seleção dos 34 relatos, os mesmos foram analisados a partir das seguintes categorias: (1) Quem cometeu o racismo; (2) Ações relativas ao racismo; (3) Duração; (4) Consequências; e (5) Estratégias de enfrentamento.

No que concerne a quem cometeu o racismo, os participantes indicaram: familiares em geral (n=9); mãe (n=9), avô/ó (n=8), pai (n=5), irmãos (n=4) e primo/a (n=2). A maioria relatou que essas pessoas tinham características relacionadas à branquitude (pele clara). Contudo, houve uma participante que descreveu que a avó era parda (“*Todas são executadas pela minha avó paterna, a qual vive na mesma casa que os meus pais. Ela é parda, foi casada com preto, mas, ainda assim, reproduz todo e qualquer tipo de preconceito possível (...)*”P.3) e uma que a mãe era negra (“*Minha mãe negra (ela não se considera como) falou pro meu irmão branco que era pra ele parar de a irritar, pq se não ele pagaria língua casando com uma negra de cabelo duro*” (P14)).

A maioria dos participantes indicou que o tipo de racismo mais frequente era relativo a desvalorização da negritude (n=33) por meio de comentários em relação às características físicas do próprio indivíduo, tais como cabelo e pele, comportamentos e à capacidade cognitiva.

*“Era chamada de cabelo ruim pela maioria das minhas tias, eu era sempre a sobrinha que ninguém gostava de levar pra passear, ao contrário da minha prima que é branca; era chamada de suja em diversas situações que não enquadravam (...) Quando me sobressaia na escola era visível a surpresa de todos, mas todos falavam que eu tinha que ter algo de bom porque de ruim eu já tinha puxado a "aparência" do meu bisavô, que era negro.” P5*

*“Aconteceu na minha infância 7-10 anos, o meu irmão mais novo é branco (em relação a pele, ele tb tem fenótipos negros) e minha mãe sempre exaltava essa característica dele, mesmo me vendo perto e sabendo que a minha pele não era da cor da dele. Ela também me chamava de feio e as vezes de neguinho/preto num tom de "brincadeira" mas sempre como se fosse algo ruim ou a ser evitado(...)” P12*

*“Cresci ouvindo "para de fazer coisa de preto igual seu pai (o biológico)"; sofria ameaças quanto a criminalidade, pois alguns membros da família me achavam mau suscetível que meus primos (brancos) (...)” P11.*

Houve relatos de situações de racismo à outras pessoas da família, como a mãe, irmão e primas.

*“Minha avó paterna era branca, e na minha infância falava que minha mãe era feia, encardida e que meu pai ia se casar com uma loira de cabelos longos mas ela engravidou de propósito para casar com ele. Essa avó me dizia aos 5 anos de idade, que eu seria bonita se meu pai tivesse se casado com a loira.” P.18*

*“Que minha prima por ser negra não teria futuro. Que minhas primas negras por serem negras poderiam ser bonitas se alisassem os cabelos. Alguns parentes tinham esse discurso. ” P.17*

E, também, sobre piadas/chacotas (n=2) - *“Uma tia em particular sempre fez muita chacota de asiáticos, imitando sotaques, fazendo piadas idiotas, comentários desnecessários sobre pênis pequeno, altura baixa, cabelo espetado, nariz de batata (...)” P28*; manifestação de afeto *“Quando eu era menina, minha avó tinha nojo de me abraçar(...)” P18* e tratamento diferencial (n=5) *“(...)Na minha família materna,*

*minhas tias-avós brancas me tratavam como empregadas dela em reuniões familiares de fim de semana, mesmo dentro da minha própria casa (...)*” P24).

Dos 14 participantes que relataram a frequência/duração das situações vivenciadas, a maioria (n=10) relatou que as situações de racismo ocorreram em parte ou ao longo de toda infância e adolescência (*“Acontecia com muita frequência quando eu era pequena (...)*” P34; *“(…) a agressão era por parte dos tios, e duraram toda minha infância.”* P11, (...) *“Isso acontecia constantemente até a minha adolescência quando meus pais se separaram e eu fui morar com meu pai.”* P.12.).

Três destacaram que ocorria apenas em reuniões familiares (*“(…) coisas que acontecem frequentemente, pelo menos algumas vezes no mês, em encontros e almoços em família.”* P.4) e um relato descreveu a presença do racismo por gerações na família *“Minha mãe não me vê como uma mulher negra, mas faz e fala algumas coisas que expõe o racismo estrutural da nossa família a gerações”* P.33,

Dezesseis participantes refletiram sobre as consequências das experiências. Uma participante relatou que os comentários dos familiares a respeito da cor da sua pele levaram-na a se questionar quanto a ascendência (*“(…) me marcou e eu não acreditava ser filha biológica dos meus pais.”* P.7). Uma outra participante destacou a adoção de comportamentos de alisar e/ou esconder o cabelo com toucas e bonés:

*“Por sempre debocharem de mim por causa do meu cabelo, comecei a alisar muito cedo, mas quando tinha 9 anos e estava mudando de escola, saindo da quarta série para a quinta série, não me sentia confortável em usar cabelo solto, então por 3 anos na escola usava um boné ou alguma toca, eu tinha muito medo que vissem meu cabelo, mesmo com chapinha (...)* P.9)

Uma participante destacou que chegou a ficar careca e ter o cabelo raspado.

*“Lembro de dois fatos significativos da minha infância. Por volta de 4 a 5 anos alisaram meu cabelo com alisante tipo "henê" porque minhas tias não queria ter trabalho de pentear. Isso foi em um final de semana que fiquei sobre a responsabilidade dos familiares do genitor paterno. Meu cabelo caiu e fiquei careca um bom tempo. Falavam q meu cabelo era duro... ruim, bom bril. Etc. Outra vez um tio q na época era casado com minha tia mandou raspar meu cabelo porque não suportava que eu chorasse ou reclamasse quando pensavam meu cabelo. Fiquei com corte estilo Joãozinho (...).” P.22*

Três participantes relataram os sentimentos gerados pelas situações (*“(...) me senti muito incomodada e desconfortável, com vontade de chorar (...)” P14; “(...) me sentia inferior nessas situações e desconfortável (...)” P24; “(...) me faziam sentir desconfortável, brava ou envergonhada (...)” P28).*

Três participantes descreveram que as pessoas que sofreram racismo na família evitavam contato com agressores *“Às vezes discutimos, às vezes ignoramos... não há muito o que fazer.” (P.3); “(...) minha mãe, que tinha ascendência parcialmente negra pelo lado paterno e indígena pelo lado materno, recordava-se do racismo deste lado da família em relação àquele, que levou inclusive minha avó a "fugir" para se casar” (P.33);* ou participar com menos frequência de eventos nesse contexto

*“Meu irmão mais velho namorou e se casou com uma mulher preta, enquanto eles namoravam por aproximadamente 5 anos desse relacionamento meu pai foi frequentemente racista com a minha cunhada dizendo ao meu irmão aproximadamente toda semana ou sempre que ele saia junto com ela que ela era feia etc, e eu acredito que isso tenha feito com que ela frequentasse menos nossa casa.” (P.1)*

Dois participantes relataram a consequência da experiência em longo prazo, como efeitos na autoestima (*“(...) eu não entendia na época o peso daquilo na minha vida, mas hoje eu sei que isso afetou demais a minha autoestima.” P.12*), e nas relações interpessoais:

*“(...) não consigo ser afetuosa de forma natural, abraçar e dizer coisas dóceis a pessoas que me relaciono. Nosso comportamento, meu e do meu irmão se tornou sisudo, para dizer que amamos geralmente preferimos acreditar que as atitudes demonstram melhor, ou apenas falamos coisas como: vc sabe né, tamo junto, ou damos conselhos.” P.18*

Quatro participantes destacaram as estratégias de enfrentamento adotadas diante das situações. Duas participantes relataram que passaram a se colocar diante das situações (*“(...) conforme fui crescendo, passei a reclamar e me posicionar contra minhas tias.” P.24; “(...) Às vezes discutimos, às vezes ignoramos... não há muito o que fazer.” P.3*). Um participante destacou o envolvimento precoce com militância (*“(...) o impacto foi me fazer resistir desde cedo, me envolver com a cultura negra e militância racial ” P.11*). Uma participante destacou o apoio dos familiares para enfrentar a situação:

*“(...) O bom é que minha mãe sempre me disse que não deveria ouvir essa tia porque ela não sabia do que falava, então mesmo ouvindo as coisas ruins, eu pensava que podia ser um problema dela e não meu. Não sei se essa situação é racismo.. Só sei que foram situações em que senti desconforto por ser asiática.” P.28*

## DISCUSSÃO

Ao buscar compreender a dimensão dos reflexos do racismo intrafamiliar por meio de diferenças no tratamento individual e nas relações familiares, a presente pesquisa teve como objetivo específico de avaliar as percepções de suporte emocional, rejeição parental na infância e discriminação cotidiana entre pessoas brancas, pardas e pretas. A hipótese inicial de que a rejeição parental seria maior para pessoas pretas e pardas, quando comparado as brancas, não foi confirmada, visto que não houveram diferenças estatisticamente significativas. Já a hipótese de que a percepção de discriminação racial seria mais frequente para as pessoas pretas e pardas, os dados indicaram diferenças estatísticas e as médias apresentadas por essas pessoas em relação à Rejeição pessoal (tabela 3) e ao Tratamento injusto foram maiores comparadas as das/os participantes brancas/os.

Com relação à percepção de participantes quanto ao suporte e rejeição parentais, os dados indicaram que as médias de suporte emocional foram maiores que as de rejeição; e que as mães apresentaram médias superiores aos pais em ambos, dado que vai ao encontro dos dados da literatura da área (Koberg & Vieira, 2010; Reichenheim, Sampaio & Moraes, 2016): Embora não houve diferença estatisticamente significativa entre pessoas brancas e pretas e pardas, ao analisar as médias dos grupos (ver Tabela 2), pode-se verificar que as/os participantes pardas/os apresentaram valores maiores de rejeição do que as/os participantes pretas/os e brancas/os. Já em relação ao suporte parental, as/os participantes brancas/os apresentaram médias maiores que as/os pretas/os e pardas/os.

Os lugares raciais em que a negritude (pardas/os e pretas/os) tomou nas famílias circunscritas ao estudo parecem repetir como um microcosmo da sociedade brasileira.

80% dos participantes que se autotranscreveram como pardas/os, consideraram que eram provenientes de uniões inter-raciais, enquanto para as/os pretas/os essa porcentagem foi de 64,3% e para as/os brancas/os 28,2%. A configuração mais comum entre os casais inter-raciais foi a de homens pardos/pretos e mulheres brancas. De acordo com Moutinho (2004), há um jogo de interesses na escolha de um/a parceiro/a afetivo em que raça, gênero, classe econômica e outras motivações são elementos chave na constituição de um mercado de afetos. Nesse viés, faz-se necessário olhar criticamente para a configuração de casais inter-raciais encontrada no vigente estudo, uma vez que retrata como a preferência afetiva é influenciada por relações de poder e opressão, desse modo, se caracteriza como um construto histórico e social e não mera coincidência (Moutinho, 2004; Schucman, 2018).

Hordge-Freeman (2018) em um estudo realizado com pretos e pardos de dez famílias residentes em um bairro urbano e pobre de Salvador (BA) identificou que a tonalidade da cor e os traços físicos podem estar intrinsecamente ligada a distribuições de afetos que privilegiam aqueles com maior proximidade à estética da branquitude, em detrimento daqueles interpretados com características mais de negros. Segundo a mesma autora a percepção da família pode reproduzir um olhar racista na medida em que as características raciais são identificadas, avaliadas e trocadas por recursos emocionais, assim como por oportunidades econômicas e sociais (Hordge-Freeman, 2018). Tal atitude diferencial e condicional para a disponibilização de afeto e cuidado compromete a visão do indivíduo a respeito de si, do outro e do mundo, podendo resultar em problemas psicossociais ao longo da vida do indivíduo (Acuña & Lemos, 2020), uma vez que ajuda a perpetuar sua posição ao comprometer a motivação, a autoestima e a confiança necessária para ser bem-sucedida. (Hordge-Freeman, 2018).

Schucman (2018) identificou a relevância de se levar em conta a negritude e a branquitude como fatores para o desenvolvimento e a qualidade dos vínculos familiares. Enquanto a primeira se estrutura socialmente como lugar de inferioridade, a segunda detém poder e privilégio para exercer violências. Assim, sugere-se estudos futuros que visem analisar as relações familiares considerem aspectos relacionados à branquitude. Também seria interessante compreender as consequências psicológicas nos indivíduos que experienciaram episódios racistas em suas famílias, bem como desenvolver intervenções de consciência racial para esse contexto a fim de garantir o bem-estar de todas/os, independentemente da cor, raça ou etnia.

Quanto a percepção de discriminação cotidiana (ver Tabela 3), os resultados obtidos indicaram que: 1) apenas os resultados das/os brancas/os estão abaixo da média da amostra geral de percepção de discriminação nas duas dimensões (Rejeição Pessoal e Tratamento Injusto). 2) há um aumento gradual das médias de percepção de discriminação sendo os participantes brancos com as menores médias (RP=5,35; TI=4,73), seguido dos pardos (RP=7,96; TI=5,63), e pretos (RP=10,26; TI=7,92). Esse último dado corrobora com a hipótese inicial de que a percepção de discriminação cotidiana seria mais frequente para as pessoas não-brancas.

Os índices de percepção de discriminação encontrados nos resultados vão ao encontro da literatura da área (Daflon, Carvalhães & Feres Júnior, 2017; Rennó et al., 2011). A percepção de discriminação entre as/os pardas/os se mostra mais baixa que entre as/os pretas/os, no entanto, esses grupos se assemelham no que diz respeito às desigualdades estruturais, uma vez que apresentam níveis similares quanto a escolaridade, renda e mortalidade de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2016). O estudo de Barnes et al (2004) que teve como objetivo

examinar a prevalência de discriminação explícita em uma população de idosos birraciais e se havia correlação entre discriminação e sintomas depressivos, verificou que as pontuações nas subescalas de tratamento injusto e rejeição pessoal eram maiores nos idosos pretos quando comparados aos idosos brancos, corroborando os achados nesse estudo para a população jovem.

Segundo Daflon, Carvalhaes e Júnior (2017), comumente os pesquisadores brasileiros tendem a agrupar pretos e pardos em uma mesma categoria devido às semelhanças em diversos indicadores socioeconômicos. Contudo, os autores alertam para divergências quanto ao padrão de identidade e percepção de discriminação entre os grupos. Para explicar esta divergência entre a discriminação detectada pelas análises socioeconômicas e a discriminação percebida pelo grupo de pessoas que se autoclassificam como pardas, os autores analisaram os dados dos chefes de família de uma *survey* conduzida em 2008 com uma amostra probabilística de 8048 domicílios representativa do Brasil. A partir dos dados de caracterização (idade, sexo, escolaridade, renda, região do país em que vive e autodeclaração de cor) e de nove questões que compõem a Escala de Discriminação Cotidiana, foi conduzida a análise de modelos de regressão logística ajustados com controles para sexo, região geográfica, idade e renda fizemos testes de termos interativos entre cor autodeclarada e nível educacional. Os dados obtidos indicaram que as variáveis região do país, idade e escolaridade apresentaram diferenças estatísticas; já sexo e renda não apresentaram diferenças estatisticamente significativas. Ademais, pretos e pardos têm mais probabilidade de relatar situações de discriminação do que os brancos (75% e 49%, respectivamente), sendo essa diferença estatisticamente significativa. Para os autores, ao discutir a discriminação percebida por pretos, pardos e brancos no Brasil, a raça não pode ser analisada independentemente da dimensão socioeconômica, pois pardos de

baixo status socioeconômico estão próximos dos pretos de mesma condição, enquanto pardos de status elevado reportam pouca discriminação e nisso se aproximam muito dos brancos.

Para analisar a apropriação da categoria raça por pessoas brancas e não-brancas foi realizado um cruzamento dos dados da escolha das/os participantes de imagens que representassem o fenótipo (cor de olhos, cor de pele e tipo de cabelo) e a identidade racial dos mesmos. Essa escolha metodológica foi realizada à luz dos estudos de Telles (2003) e D'Adesky (2001) sobre os tipos de classificação racial no Brasil. O primeiro pesquisador indicou três maneiras utilizadas no país para categorizar e formar identidades étnico-raciais: 1) a partir das cinco categorias do IBGE – branco, preto, amarelo, pardo e indígena; 2) a linguagem popular com o uso de múltiplos termos para se referir a raças e cores; e 3) os termos branco e negro. D'Adesky (2001) acrescentou para a discussão duas outras maneiras de compreender cor e identidade 1) o sistema da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD) de 135 cores; e 2) o sistema binário branco e não-branco. Assim, apesar da diversidade de categorias de cor/ raça, um ponto comum no modelo de classificação no Brasil diz respeito ao fenótipo. Logo, traços corporais como a tonalidade da pele, textura do cabelo, cor dos olhos, formato do nariz e dos lábios são características relevantes.

Várias pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (PNADs, Censos, POF, PMEs, etc.) perguntam sobre a cor/raça do indivíduo. Ainda que as respostas possam ter um grau de subjetividade, parece haver certa persistência temporal e as margens de variação, quando mensuradas, não ultrapassam 5%. (Beltrão et al, 2016). Ao analisar a autodeclaração de cor/raça dos brasileiros, verificou-se uma tendência ao “embranquecimento”, ao menos no nível da declaração censitária até o censo de 1991 (Wood, Carvalho & Andrade, 2016) e uma reversão nos

dados de 2000 e 2010. As cinco categorias étnico-raciais adotadas pelo IBGE foram utilizadas nesse estudo e a maior parte de participantes se identificou em uma delas.

Além do cruzamento entre fenótipo por meio de imagens e identidade racial, para entender a apropriação da categoria raça, os/as participantes foram questionados sobre o que significa ser branco ou ser não-branco. Alves (2010) investigou as percepções de dez professores da educação básica em relação ao significado de ser branco. No processo de análise dos dados foi notável a divisão das falas dos participantes quanto a atribuição de significados em relação à uma dimensão relativa ao fenótipo (características físicas) e outra relativa a uma condição construída socialmente com base na ideologia racial, a qual diz respeito a valores que sustentam a concepção de ser branco associada a privilégios no âmbito de aceitação social ou vantagens, associados a considerações estéticas e comportamentais. Os dados da presente pesquisa vão ao encontro das observações de Alves (2010). Verificou-se uma dicotomia dos significados de pertença racial entre aspectos corporais (por exemplo, cor da pele, textura do cabelo, melanina e descendência); e os aspectos simbólicos, os quais se apresentam de forma assimétrica nas categorias branco e não-branco. Por um lado, as pessoas brancas afirmaram possuir privilégios, não ser discriminado, estar dentro dos padrões, ter mais oportunidades, acesso a serviços e poder ser amado. Já as pessoas não-brancas destacaram o preconceito, a comparação com padrões arbitrários, ter menos privilégios, mais dificuldades e estar em desvantagem, ser marginalizado/inferiorizado/invisibilizado, sentir medo e preterimento afetivo.

Ao descrever as situações de racismo ocorridos na família, buscou-se identificar quais familiares reproduziam o racismo no contexto familiar, sendo que a análise desses sujeitos perpassam nas outras categorias. A ideia inicial foi o entendimento quanto aos locais sociais em que familiares estabeleceram nas relações de poder presentes e suas

manifestações por meio de uma hierarquia racial. Schucman e Gonçalves (2017) ao narrar as vivências da participante Mariana destacam os impactos de pertencer a uma família em que a raça repetiu a estrutura social brasileira. As pesquisadoras analisaram como a negritude se localizou como inferioridade racial, ao passo que a branquitude era valorizada como ideal de belo, humano e significada como lugar de superioridade racial. Como consequência, o corpo de Mariana era impedido de ser pensado como local e fonte de prazer, tornando-se um corpo odiado, visto como foco permanente de ameaça de dor e de morte. (Schucman & Gonçalves, 2017).

Os relatos dos/as participantes dessa pesquisa, em sua maioria, descreveram situações em que o racismo interpessoal se manifestou com maior frequência por meio de comentários pejorativos em relação às características físicas do próprio indivíduo, tais como cabelo e pele, comportamentos e à capacidade cognitiva. Assim como na pesquisa de Schucman e Gonçalves (2017) a estratégia adotada para apagar ou minimizar a negritude da filha por meio de estratégias de embranquecimento, tais como esconder o cabelo em toucas e alisa-los por meio de tratamentos químicos; P9 relatou adotar condutas semelhantes para evitar as chacotas em relação ao seu cabelo durante a infância e adolescência. Nesse mesmo sentido, P 22 descreveu que chegou a ficar careca durante um período de sua vida em decorrência do tratamento químico que foi obrigada a se submeter para alisar seu cabelo.

Oliveira e Mattos (2019) analisaram relatos de mulheres negras publicados em blogs e portais de notícias no ano de 2015 sobre experiências com o uso e o abandono de práticas capilares como forma de embranquecimento. Os resultados mostraram que na maior parte dos casos analisados, o processo de embranquecimento se iniciou na infância, momento em que os cabelos foram associados a estereótipos negativos e a possibilidade de mudá-los (no caso, alisar por meio de tratamentos químicos que podem

ser danosos à saúde). As autoras destacam que é na família em que essas práticas podem ser passadas de uma geração a outra como um hábito em que as mulheres mais novas seguem uma tradição iniciada pelas mais velhas: o cuidado capilar com o uso de procedimento estéticos realizado tal um ritual de transição de menina para mulher e os efeitos desse processo de embranquecimento – sentimentos de inadequação, baixa autoestima e mesmo auto ódio - sobrepostos quando comparados as violências que a discriminação racial podem provocar (Oliveira & Mattos, 2019).

Os efeitos psicossociais do racismo foram apresentados ao analisar as consequências do racismo intrafamiliar para as/os participantes. À luz de Neusa (1983) e Hordge-Freeman (2018) nota-se que as/os participantes relataram como repercussões na saúde mental a baixa autoestima (autodesvalorização), sentimentos de inferioridade, culpa e de não pertencimento, desconforto, inseguranças, angústia, dificuldades de expressar emoções e sentimentos.

Uma das maiores contribuições do psiquiatra Frantz Fanon se refere a desvendar “a extensão dos sofrimentos psíquicos causados pelo racismo” (Mbembe, 2011). Na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), Fanon realiza análises psicológicas que buscam dissertar sobre a alienação do negro como um produto do colonialismo, o que traz como consequência a impossibilidade que esse seja sujeito de sua própria história. Deste modo, faz-se necessário para o negro não apenas usar máscaras brancas, mas também incorporá-las como estratégia de sobrevivência e para que minimamente possa ser aceito socialmente (Fanon, 2008).

Em termos gerais, as máscaras brancas podem ser entendidas como formas do negro/não-branco se aproximar do branco, elas se expressam a começar pela linguagem, pelos comportamentos, e perpassam as vestimentas, os hábitos, os valores, até mesmo as escolhas afetivo-sexuais (Fanon, 2008). A partir dos relatos coletados, pode-se

observar que familiares sugeriram desde cedo o uso de máscaras brancas pelos sujeitos não-brancos, como práticas capilares de alisamento, usar boné ou touca para esconder o cabelo crespo ou cortá-lo bem curto, desaprovar a escolha amorosa entre brancos e não-brancos, esfregar esponjas de lavar louça nas partes mais escuras da pele (cotovelo) e internalizar significados negativos ao negro e ao amarelo.

Para Fanon (2008), é impossível desenvolver um cuidado à saúde mental sem entrelaçar o sofrimento psíquico com a subjetividade, a cultura e as contradições sociais do contexto histórico e social concreto (Faustino, 2015). Nessa perspectiva, entender o racismo como determinante de sofrimento psíquico faz com que a saúde mental seja atravessada não só como uma questão do indivíduo, mas também na relação desse indivíduo com a sociedade. Tanto no sentido daquilo que aliena o indivíduo, quanto das possibilidades que a cultura daquele indivíduo pode oferecer de respostas para reconstituição da sua dimensão enquanto sujeito (Kawahala,2010).

Fanon defende que a luta antirracista precisa ser travada ao levar em consideração como os mecanismos políticos e ideológicos engendram hierarquias entre os seres humanos nas diversas culturas (dos Santos Rocha, 2015) e a maneira em que há ou não reconhecimento da humanidade dos diferentes grupos humanos. Nas sociedades racistas essa situação se reverbera na medida em que apenas o grupo dominante é reconhecido, assim, é unilateral esse reconhecimento (dos Santos Rocha, 2015). A fim de trazer luz a essa situação, Fanon (2008) defende que a desalienação do negro, conseqüentemente o desvelar das máscaras brancas, ocorre por meio da tomada de consciência das realidades econômicas e sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é o primeiro grupo social e a primeira forma de relação social da criança (D’Affonseca & Williams, 2013). No Brasil, o racismo é um elemento que atravessa as relações sociais na família, visto que o mesmo é estrutural (Almeida, 2018) e, nesse sentido, compreender seus reflexos nas famílias diz respeito às quais posições raciais os membros ocupam, quais vantagens ou desvantagens estruturais são possibilitadas, quem legitima as violências raciais e como essas são manifestadas. Entender que o racismo brasileiro parte da premissa do duplo vínculo de aceitação e rejeição (Sodré, 2018), pode ser um ponto de partida para romper com a ideia de que o amor blinda as hierarquias raciais nas famílias.

As relações podem ser atravessadas tanto por afeto quanto por racismo, as consequências variam de acordo com os lugares raciais (Sodré, 2018). Uma pessoa branca que não foi letrada racialmente não entende o valor simbólico da branquitude, o racismo como problema social e as formas em que ele pode mediar as desigualdades sociais (Schucman, 2018). Uma pessoa não-branca que convive em um contexto familiar que repete a estrutura social do Brasil pode estar suscetível a vivenciar situações de racismo cotidiano (Schucman & Gonçalves, 2017).

Pode-se citar como contribuições desse estudo o entrelaçamento dos referenciais teóricos - Psicologia, Psicanálise, Sociologia, Materialismo Dialético – e dos olhares das questões a partir de autoras brasileiras - Bicudo, Souza e Schucman – com o intuito de buscar compreender as dimensões macro e micro inserido nas dinâmicas familiares circunscritas do estudo. Outro quesito diz respeito ao uso de uma ferramenta virtual para coletar os dados, além de refletir sobre as consequências psicológicas das violências raciais cotidianas. O cruzamento de imagens ilustrativas de fenótipos – tonalidade de

pele, textura de cabelo e cor dos olhos – com a identidade racial propôs um panorama geral sobre a influência dessas características para a construção de subjetividade.

Os dados apresentados sobre percepções de rejeição, suporte emocional e discriminação racial notam que as hierarquias raciais se estruturam tanto em um nível micro, como no interior das famílias, como em um nível macro, como a sociedade brasileira. As/os participantes pardas/os e pretas/os apresentaram valores maiores de rejeição dentro da família e maior percepção de discriminação racial cotidiana, a qual foi vivenciada em situações corriqueiras por meio das diferenças de tratamento e desvalorização.

Acredita-se que o presente estudo tenha contribuído para a discussão sobre família, relações raciais e discriminação, contudo algumas limitações devem ser destacadas. Por ser um estudo retrospectivo a respeito das lembranças das práticas parentais, os dados podem estar sujeitos a vieses como tendenciosidade, informação, seleção e confundimento. Assim, pesquisas futuras com jovens pretos, pardos e brancos que investiguem as relações estabelecidas no ambiente familiar são incentivadas para se discutir como a questão racial pode atravessar essas relações.

Outra limitação a ser destacada refere-se a amostra de participantes. Por ser uma amostra de conveniência recrutada em redes sociais, a maioria dos participantes foi do gênero feminino (80%), branco (58,9%) e estudantes universitárias/os (69,7%). Assim, sugere-se que pesquisas futuras com uma amostra probabilística em relação a autodeclaração de cor e um número maior de participantes, permitirá análises estatísticas mais ricas.

A partir dos resultados obtidos pode-se notar como a família é de crucial importância na vida do indivíduo e pode ser um local em que tensões raciais acontecem e geram sofrimento psíquico. Nesse viés, a prática clínica psicológica precisa estar atenta em como esses conflitos repercutem na vida atual do/a paciente, e podem ser uma das variáveis nas queixas de insegurança e ansiedade (Tavares & Kuratani, 2019). Logo, o estudo de relações raciais nos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia merece mais atenção (Santos & Schcman, 2015). Além disso, Meireles et al (2019) destacam que há uma importação de referenciais do hemisfério Norte de forma acrítica para analisar o contexto psicossocial no hemisfério sul. Nota-se a importância de realizar estudos no Brasil em que se utilizem como referenciais teóricos autores e autoras brasileiras a fim de analisar criticamente o nosso contexto psicossocial, uma vez que as limitações conceituais importadas sobre saúde mental e sofrimento psíquico podem deixar de contemplar a população, além de trazer efeitos como “pacientes negros serem vítimas de racismo pelos profissionais que deveriam acolhê-los” (Veiga, 2019).

Embora o formato da pesquisa online tenha possibilitado um alcance grande no quesito número de pessoas, sugere-se que pesquisas futuras utilizem entrevistas individuais para realizar análises mais profundas sobre a temática. Outra sugestão para futuros estudos refere-se a compreender o desenvolvimento de estratégias que busquem levar letramento racial nas famílias, assim como as possibilidades e os desafios desse processo.

Por fim, a psicologia tem sido uma das ciências que historicamente contribuiu com a propagação do racismo (Dos Santos, Schucman, & Martins, 2012; Meireles et al, 2019; Veiga, 2019), a fim de mudar esse panorama os estudos de relações étnico-raciais merecem mais atenção nos currículos de graduação e pós-graduação para formar profissionais com uma reflexão crítica sobre a categoria raça e o racismo no Brasil

(Santos & Schucman, 2015), e para entender e atender as demandas da maior parte da população brasileira. As sementes estão sendo plantadas em várias regiões do país por meio de disciplinas (Castelar & de Oliveira Santos, 2012; Adriaio & Rodrigues, 2019), grupos de estudo (Meireles et al, 2019; de Jesus, da Silva & do Nascimento, 2020) e oficina em evento de semana da psicologia (Menezes, Lins & Sampaio, 2019).

## REFERÊNCIAS

- Adriao, K. G., & Rodrigues, M. B. (2019). Racialização, subjetividades, arte e estética: um estudo de caso a partir da formação em psicologia. *PerCursos*, 20(44), 112-137. <https://doi.org/10.5965/1984724620442019112>
- Almeida, S. (2018). O que é racismo estrutural?[SI]: ed.
- Almeida, T. M. C. (2011). Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. *cadernos pagu*, (36), 417-425. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000100018>
- Barnes, L. L., De Leon, C. F. M., Wilson, R. S., Bienias, J. L., Bennett, D. A., & Evans, D. A. (2004). Racial differences in perceived discrimination in a community population of older blacks and whites. *Journal of aging and health*, 16(3), 315-337. <https://doi.org/10.1177/0898264304264202>
- Braga, A. P. M. (2016). Pelas trilhas de Virgínia Bicudo: psicanálise e relações raciais em São Paulo. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, 2(1). Recuperado de: <https://revistalacuna.com/2016/12/06/n2-01/>
- Beltrão, K. I., Sugahara, S., & Teixeira, M. D. P. (2016). Os atributos de cor/raça e escolaridade no mercado matrimonial brasileiro: meio século de negociações. *Anais*, 1-21. Recuperado de <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1979/1937>
- Brito, A. E. (2013). Lares negros olhares negros: identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. *Serviço Social em Revista*, 15(2), 74-102. <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2013v15n2p74>
- Canavarro & Pereira (2007). A percepção dos filhos sobre os estilos educativos parentais: A versão portuguesa do EMBU-C. *Revista Iberoamericana de*

- Diagnóstico y Evaluación-e Avaliação Psicológica*, 2(24), 193-210. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/4596/459645447010.pdf>
- Castelar, M., & de Oliveira Santos, C. C. (2012). Relações raciais no ensino de psicologia: Uma experiência de sensibilização. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 1(1). <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v1i1.43>
- Costa, J. F. (2007). *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. São Paulo: Garamond.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP. Recuperado de: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes\\_raciais\\_baixa.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf)
- Daflon, V. T., Carvalhaes, F., & Feres Júnior, J. (2017). Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. *Dados*, 60(2), 293–330. <https://doi.org/10.1590/001152582017121>
- d'Adesky, J. E. (2001). *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Pallas.
- D'Affonseca, S. M., & Williams, L. C. D. A. (2013). Metaparentagem: uma nova possibilidade de avaliar a parentagem. *Psicologia em Estudo*, 18(1), 83-92. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722013000100009>
- Dos Santos, A. D. O., Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2012). Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 166-175. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>
- Dyer, R. (1988). *White*. London and New York: Routledge

de Carvalho, J. A. M., Wood, C. H., & Andrade, F. C. D. (2016). Notas acerca das categorias de cor dos censos e sobre a classificação subjetiva de cor no Brasil: 1980/90. *Anais*, 1-15. Recuperado de: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/download/1071/1035>.

de Jesus, K. V., da Silva, L. B., & do Nascimento, R. F. (2020). A psicologia na construção e enfrentamento do racismo: a experiência do grupo de estudos. *Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 5(9), 66-85. Recuperado de: <http://200.229.32.43/index.php/pretextos/article/view/22448/17068>

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. SciELO-EDUFBA.

Faro, A., & Pereira, M. E. (2011). Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 16(3), 271-278. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300009>

Faustino, D. M. (2015). “Por que Fanon? Por que agora?”: *Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*. (Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos) Recuperado de: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7123>

Freitas, D. F., Coimbra, S., Marturano, E. M., & Fontaine, A. M. (2015). Adaptação da escala de discriminação cotidiana para jovens Portugueses. *Psychology/Psicologia Reflexão e Crítica*, 28(4), 708-717. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201528408>

Gomes, J. D. (2013). *Os segredos de Virgínia: estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo). Recuperado de: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-14032014-103244/en.php>

- Guimarães, A. S. A. (2016). O legado de Carlos Hasenbalg (1942-2014). *Afro-Ásia*, (53), 277-290. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/770/77051153007.pdf>
- Guimarães, A. S. A. (2003). Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e pesquisa*, 29(1), 93-107. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1>
- Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Editora 34.
- Hordge-Freeman, Elizabeth (2018). *A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras*. São Carlos: EDUFSCAR.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. Recuperado de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>
- Kawahala, Edelu, & Soler, Rodrigo Diaz de Vivar y. (2010). Por uma psicologia social antirracista: contribuições de Frantz Fanon. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 408-410. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000200023>
- López, L. C. (2012). O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 16(40), 121-134. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832012005000004>
- Mbembe, A. (2011). A universalidade de Frantz Fanon. *Este artigo é o prefácio do livro de Frantz Fanon Œuvres, publicado pela La Découverte em outubro de*. Recuperado de: <http://artafrica.lettras.ulisboa.pt/uploads/docs/2016/04/18/5714de04d0924.pdf>
- Meireles, J., Feldmann, M., da Silva Cantares, T., Nogueira, S. G., & Guzzo, R. S. L. (2019). Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(3), 1-15.

Recuperado

de:

[http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/e3181/2176](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e3181/2176)

Menezes, J. A., Lins, S. S., & Sampaio, J. V. (2019). Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 31. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31191231>

Munanga, Kabengele. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Em Brandão, André Augusto P. (Org.), *Cadernos Penesb* 5. Niterói: EdUFF. Recuperado de: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>

Oliveira, Aryanne Pereira de Oliveira e, & Mattos, Amana Rocha. (2019). Identidades em transição: Narrativas de mulheres negras sobre cabelos, técnicas de embranquecimento e racismo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(2), 445-463. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812019000200007&lng=pt&tlng](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000200007&lng=pt&tlng)

Moutinho, L. (2004). *Razão, " cor" e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais" inter-raciais" no Brasil e na África do Sul*. Unesp.

PNAD, I. (2016). Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Rio de Janeiro: IBGE.

Pessôa, L. F., Ramos, D., & Vivas, L. (2019). Profiles and Developmental Goals in Different Families of Rio de Janeiro. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 29. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4327e2906>

Pizza, E. (2002). *Porta de vidro. Entrada para a branquitude*. In I. Carone; & M. A. S

- Reichenheim, M. E., Sampaio, P. F., & Moraes, C. L. (2016). Estrutura dimensional da versão brasileira do instrumento s-EMBU para aferição de práticas educativas parentais em adolescentes. *Cadernos de Saúde Pública*, 32, e00179915. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00179915>
- Rennó, L. R., Smith, A. E., Layton, M. L., & Pereira, F. B. (2011). *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*.
- Santos, A. D. O. D., Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2012). Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(SPE), 166-175. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>
- Schucman, L. V. (2018). *Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor*. SciELO-EDUFBA.
- Schucman, & Fachim (2017). A cor de Amanda: identificações familiares, mestiçagem e classificações raciais brasileiras. *Interfaces Brasil/Canadá*, 16(3), 182-205.
- Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 83-94. [HTTPS://DOI.ORG/10.15210/INTERFACES.V16I3.10001](https://doi.org/10.15210/INTERFACES.V16I3.10001)
- Sodré, M. (2018). Uma lógica perversa de lugar. *Revista ECO-Pós*, 21(3), 9-16. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v21i3.22524>
- NS, S. (1983). *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Tavares, Jeane Saskya Campos, & Kuratani, Sayuri Miranda de Andrade. (2019). Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e184764. Epub June 27, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>

- Telles, E. E. (2003). *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Relume Dumará.
- Tomás, M. C. (2016). Relações raciais nas famílias brasileiras. <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-30982016c0013>
- Twine, F. W., & Steinbugler, A. C. (2006). The gap between whites and whiteness: Interracial intimacy and racial literacy. *Du Bois Review*, 3(2), 341. er (a2) <https://doi.org/10.1017/S1742058X06060231>
- Veiga, Lucas Motta. (2019). Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(spe), 244-248. Epub December 20, 2019. [https://dx.doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29000](https://dx.doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000)
- Williams, D. R., Yu, Y., Jackson, J. S., & Anderson, N. B. (1997). Racial differences in physical and mental health: Socio-economic status, stress and discrimination. *Journal of health psychology*, 2(3), 335-351. <https://doi.org/10.1177/135910539700200305>
- Yin, Robert K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso.

## ANEXOS

### Anexo 1 - Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa: Influência da categoria raça nas dinâmicas familiares, a qual objetiva verificar a relação entre o tipo de família, racismo, rejeição e suporte emocional parental na infância. Espera-se que os dados contribuam para verificar a dimensão dos reflexos das categorias raça no interior de um dos principais grupos responsáveis pela socialização das pessoas.

Sua participação na pesquisa não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar desse projeto e retirar o seu consentimento. Se você optar por não participar do projeto de pesquisa, sua recusa não trará qualquer tipo de prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Federal de São Carlos de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação.

Sua participação nessa pesquisa consistirá inicialmente em responder questões relativas à caracterização dos participantes, um instrumento que avalia o nível socioeconômico da sua família, Escala de discriminação cotidiana, o EMBU e questões dissertativas sobre sua apreensão acerca da categoria raça a qual pertença e, caso, sofreu alguma experiência de racismo na família, poderá, opcionalmente, relatá-la. Devido ao tema a ser desenvolvido no estudo, esse projeto poderá ocasionar desconforto emocional e psicológicos, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis ou leve cansaço ao responder as questões. Entretanto, também dará oportunidade aos participantes de refletir sobre suas experiências num ambiente protegido e sigiloso. Esse projeto poderá contribuir para a construção do conhecimento sobre dinâmicas familiares e relações raciais.

Todos os dados coletados serão confidenciais de forma a assegurar a sua privacidade. Os resultados divulgados em congressos ou revistas científicas serão apresentados de forma a não identificar você.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos,

localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 – Caixa Postal 676, CEP 13.565-905, São Carlos, SP, Brasil. Fone (16) 3351-8110.

Pesquisadora Responsável: Sabrina Mazo D’Affonseca

Endereço: Laboratório de Análise e Prevenção da Violência – Laprev, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos

Contato telefônico: (16) 33518745 e-mail: samazo@hotmail.com

## Anexo 2 – Convite para participar da pesquisa

Olá! Tudo bem?

Sou aluna do curso de psicologia da Universidade Federal de São Carlos e gostaria de te convidar para participar da pesquisa sobre família e relações raciais sob a orientação da Profa. Dra. Sabrina Mazo D’Affonseca.

A pesquisa é toda online e anônima, desse modo seus dados serão protegidos e mantidos em sigilo. Para participar, você precisa estar de acordo com os seguintes critérios: ser maior de 18 anos e ser brasileiro(a). O tempo médio para responder ao questionário é de 30 minutos. Devido ao tema a ser desenvolvido no estudo, você poderá sentir de leve a moderado desconforto emocional e psicológicos, evocação de sentimentos ou lembranças desagradáveis ou leve cansaço ao responder as questões. Entretanto, também te dará a oportunidade de refletir sobre suas experiências num ambiente protegido e sigiloso. Esse projeto poderá contribuir para a construção do conhecimento sobre dinâmicas familiares e relações raciais.

O link para acessar o formulário é esse: (inserir o endereço virtual disponibilizado pelo formulário online)

Caso haja dúvidas, pode entrar em contato comigo pelo e-mail:

renitafreitas@gmail.com

Obrigada pela participação!

Abraços,

Renita de Cássia dos Santos Freitas

Estudante de graduação de Psicologia na UFSCar.

### Anexo 3 - Escala de Discriminação Cotidiana

1. É tratado/a com menos respeito do que as outras pessoas.
2. É tratado/a com menos simpatia do que as outras pessoas.
3. As pessoas agem como se houvesse algo de errado com você.
4. As pessoas agem como se pensassem que você não é inteligente.
5. As pessoas agem como se fossem melhores do que você.
6. As pessoas agem como se pensassem que é desonesto/a.
7. É xingado ou insultado.
8. Em lojas, restaurantes ou em outros serviços é menos bem atendido/a do que as outras pessoas;
9. É ameaçado/a ou provocado/a.
10. As pessoas agem como se tivessem medo de você;

### Anexo 4 - Escala de Lembranças Sobre Práticas Parentais (EMBU)

#### Rejeição

1. Meus pais ficavam bravos comigo sem explicar o porquê.
4. Meus pais me batiam mais do que eu merecia.
7. Meus pais me criticavam na frente dos outros, dizendo que eu sou preguiçoso(a) e/ou inútil.
13. Eu era tratado(a) como “o(a) diferente” ou “o(a) culpado(a) de tudo” da família.
15. Eu sentia que meus pais gostavam mais do(s) meu(s) irmão(s) e/ou irmã(s) do que de mim.
16. Meus pais me tratavam de um jeito que eu sentia vergonha de mim mesmo(a).
21. Meus pais me castigavam com severidade, mesmo por coisas sem importância.

#### Suporte emocional

2. Meus pais me elogiavam.
6. Meus pais contribuíram para que a infância fosse uma época de aprendizagens importantes na minha vida.
12. Se as coisas dessem errado comigo, eu sentia que os meus pais tentavam me confortar e encorajar;
19. Eu sentia que tinha carinho e afeto entre mim e meus pais.
23. Eu sentia que meus pais tinham orgulho de mim quando eu era bem sucedido (a) em alguma coisa que eu havia me empenhado.